



IQUEGO - INDÚSTRIA QUÍMICA DO ESTADO DE GOIÁS S/A
CNPJ: 01.541.283/00001-41
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM REAIS)

01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Indústria Química do Estado de Goiás (IQUEGO): Uma Empresa em Transição

Histórico e Missão:

A IQUEGO, fundada em 1962 pela Lei Estadual nº 4.207, é uma sociedade de economia mista sediada em Goiânia, Goiás. Originalmente focada na produção de medicamentos alopáticos e fitoterápicos, a empresa atualmente enfrenta a paralisação dessa atividade.

Subsidiária e Parceria:

Em 2015, a IQUEGO criou a IQUEGO DISPOSITIVOS PARA SAÚDE, uma filial com o objetivo de executar um contrato de parceria com a HMD Biomédica Inc. Essa parceria visa a transferência de tecnologia para produção de tiras e medidores de glicose. As demonstrações financeiras da filial são consolidadas com a matriz.

Situação Atual e Perspectivas:

Embora a produção de medicamentos esteja paralisada, a IQUEGO busca alternativas para retomar suas atividades nesse ramo. A parceria com a HMD Biomédica representa um passo importante para a diversificação do portfólio da empresa e sua entrada em um mercado promissor.

Postos-chave:

- Sociedade de Economia Mista com histórico de produção farmacêutica.
- Paralisou a produção de medicamentos, mas busca retomar as atividades.
- Investe em nova área de atuação com a produção de tiras e medidores de glicose.
- Demonstrações financeiras consolidadas com a filial IQUEGO DISPOSITIVOS PARA SAÚDE.
- A IQUEGO enfrenta desafios, mas também apresenta oportunidades de crescimento em um novo mercado.

2 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da IQUEGO para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil, conforme:

- **Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76):** Estabelece normas gerais para as sociedades anônimas, incluindo requisitos para a elaboração de demonstrações financeiras.
- **Pronunciamentos Contábeis do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):** Emitidos pelo CPC e referendados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), definem os princípios e as práticas contábeis que devem ser utilizados pelas empresas brasileiras.
- **NBC TG 1000 (R1) - Pequenas e Médias Empresas:** Resolução CFC nº 1.255/2009, estabelece normas específicas para a elaboração de demonstrações financeiras por pequenas e médias empresas, como a IQUEGO.

Síntese das Demonstrações Financeiras:

As demonstrações financeiras da IQUEGO de 2024 e 2023 apresentam as seguintes informações:

- **Balanco Patrimonial:** Demonstra a posição financeira da empresa em um determinado momento, apresentando seus ativos, passivos e patrimônio líquido.
- **Demonstração do Resultado:** Apresenta o desempenho financeiro da empresa em um determinado período, detalhando suas receitas, despesas e lucro ou prejuízo.
- **Demonstração do Resultado Abrangente:** Apresenta desempenho financeiro amplo da empresa ao longo de um período, abrangendo ganhos e perdas em investimentos, ajustes de conversão de moeda e variações nos ativos de benefícios a empregados, além do lucro líquido.
- **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido:** Explica as mudanças no patrimônio líquido da empresa durante o período, como aportes de capital, lucros ou prejuízos e dividendos distribuídos (quando houver).
- **Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto:** Mostra as entradas e saídas de caixa da empresa durante o período, categorizadas em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

a) Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

a) Reapresentação

As demonstrações financeiras do exercício de 2023 foram reapresentação, para o aprimoramento de certas divulgações nas notas explicativas em linha com o OCP07 (R1) – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil – Financeiro de Propósito Geral, a Companhia também está reapresentando as demais notas explicativas para benefício de seus usuários.

Adicionalmente, após a emissão das demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 comparativas a 2023, a administração identificou ajustes e reclassificações que afetam o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, bem como a demonstração de resultado, resultado abrangente, mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data. Consequentemente, a Companhia está reapresentando as demonstrações financeiras compreendendo esse exercício de acordo com o previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção dos lançamentos errôneos. As demonstrações de resultado e das mutações do patrimônio líquido foram reapresentadas em decorrência dos ajustes no lucro/prejuízo referente a exercícios anteriores, maiores detalhes podem ser visualizados na Nota Explicativa nº 28 - Ajuste.

2.2 Principais Práticas Contábeis Adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir e foram consistentemente aplicadas para todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia.

b) Transação em moedas estrangeiras

As transações efetuadas em outras moedas (diferentes da moeda funcional) são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Referente a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidas na demonstração do resultado como Variações monetárias e cambiais, líquidas.

c) Reconhecimento de Resultados

O regime adotado, para registro dos direitos, obrigações, custos, receitas e despesas, foi o de COMPETÊNCIA DO EXERCÍCIO, exceto para as informações contidas na Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto.

d) Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes.

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro do exercício são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização posterior ao exercício social subsequente ao do exercício objeto de publicação são classificados como itens não circulantes.

e) Provisões

As provisões e as ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Empresa tem uma obrigação “legal” ou “não formalizada” presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar esta obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvidos.

f) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, usualmente com vencimento em até 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) a partir da data da contratação, com alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

g) Contas a receber de clientes

As contas a receber são mensuradas com base no custo, liquidas das provisões para os créditos de liquidação duvidosa, que se aproximam do valor justo, dado a sua natureza de curto prazo. As provisões para créditos de liquidação duvidosa, quando existentes, são constituídas quando há clara evidência de que a Companhia não será capaz de receber todos os montantes devidos de acordo com termos dessas contas a receber, mediante análise de risco e levando em consideração a análise histórica da recuperação dos valores em atraso.

h) Imobilizado

O Imobilizado está registrado ao custo de aquisição (sendo os bens adquiridos no Brasil acrescidos das atualizações monetárias até 1995) não inclui os encargos financeiros incorridos durante o período de construção, deduzido da depreciação acumulada e de perdas por desvalorizações acumuladas, se aplicáveis. Os bens são depreciados pelo método linear. As taxas de depreciação estão de acordo com a expectativa de vida útil dos bens, que se baseia no Anexo III da IN RFB Nº 1.700/2017.

i) Intangível

Os ativos intangíveis são avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, quando de sua existência.

j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A Indústria Química do Estado de Goiás S.A – IQUEGO aplicou o disposto da NBC TG 01 (R4) – que trata da redução do valor recuperável de ativos, aprovada pela Resolução 1.292/10 do CFC.

k) Passivo Circulante e Não Circulante

São demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

l) Patrimônio líquido

Representado pelo Capital Social, acrescido (reduzido) ao lucro (prejuízo) apurado anualmente, além da dedução do Capital Subscrito a Integralizar.

m) Tributação

A Companhia apura seus impostos (IR e CSLL) com base no lucro real, mediante levantamento mensal de balancete de suspensão ou redução, após as adições e exclusões fiscais permitidas, e dedução de prejuízos fiscais de acordo com a legislação e as alíquotas vigentes. Em face de apuração de lucro fiscal no período advindo especificamente do objeto acessório da parceria (importação para revenda de tira e aparelho glicosímetro), quando aplicável, é provisionado no passivo o IRPJ e CSLL a Recolher às alíquotas de 15% e 9% respectivamente, mais o adicional de 10% de IRPJ.

3 - ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 - Julgamento crítico na aplicação das políticas contábeis da Companhia

a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa-Redução ao valor recuperável.

Essa provisão, quando aplicável, é fundamentada em análise do histórico de perdas monitorado pela Administração, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

A Companhia atualiza as provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos, envolvendo benefícios econômicos, seja necessária para liquidar tais obrigações. A Companhia está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advêm do curso normal de suas atividades operacionais.

04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos classificados como Caixa e Equivalentes de Caixa são constituídos por valores de alta liquidez, incluindo depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo, conforme detalhado abaixo. O montante total de R\$ 9.639.354,60 foi avaliado pelo valor justo.

	2024	2023 reapresentado	2023
Bancos Conta Movimento e Ordem de Pagamento	9.634.879,00	2.272.093,32	2.272.093,32
Aplicações Financeiras	4.475,60	837.174,03	837.174,03
TOTAL	9.639.354,60	3.109.267,35	3.109.267,35

As aplicações financeiras da entidade estão concentradas nas instituições bancárias especificadas a seguir. Observou-se uma redução nos saldos em relação ao exercício de 2023, devido ao montante de R\$ 830.953,00 vinculado ao convênio nº 787297/2013, cuja vigência foi encerrada. Os recursos foram utilizados integralmente conforme previsto no objeto do referido convênio, resultando na diminuição progressiva dos saldos, o que é característico da aplicação de recursos com finalidade específica.

Descrição	Tipo	Taxa (%) a.a.	2024	2023 reapresentado	2023
Banco Itaú 1399-5	Invest. Fundos	0,75%	-	95,37	95,37
Banco do Brasil 6091-7	Invest. Fundos	0,36%	3.685,53	-	5.384,95
Banco C.E.F 1866-9	Poupança (trimestral)	0,89%	-	836.337,95	830.953,00
Banco C.E.F 811-6	Invest. Fundos	10,15%	790,07	740,71	740,71
TOTAL			4.475,60	837.174,03	837.174,03

05 – CLIENTES A RECEBER

Os saldos de Clientes a Receber dizem respeito a valores provenientes de vendas de produtos que ainda se encontram pendentes de recebimento. No exercício de 2024, a empresa efetuou o registro das provisões para créditos de liquidação duvidosa (PCLD), representando uma estimativa contábil destinada a mitigar possíveis perdas ocasionadas pela inadimplência de clientes ou devedores. Esse procedimento resulta na redução do valor líquido dos ativos registrados em contas a receber, garantindo maior transparência e prudência na apresentação das demonstrações contábeis.

CLIENTES A RECEBER	2024	2023 reapresentado	2023
FILIAL	725.938,39	401.563,43	401.563,43
FUNDO ESTADUAL DE SAUDE SERGIPE	242.900,00	242.900,00	242.900,00
INSTITUTO DE CIENCIAS FARMACEUTICAS	20.584,03	20.584,03	20.584,03
FUNDO DE SAUDE ARAGUAPAZ - GO	-	4.750,00	4.750,00
FUNDO DE SAUDE DE LABREA - AM	-	10.163,00	10.163,00
FUNDO DE SAUDE PARINTINS - AM	-	16.488,50	16.488,50
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABIXI - RO	-	19.080,00	19.080,00
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO SUL DO ESTADO ALAGOAS	6.380,00	6.380,00	6.380,00
FUNDO DE SAUDE DE LAGARTO - SE	77.500,00	77.500,00	77.500,00
MUNICIPIO DE ECHAPORA	-	3.717,90	3.717,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE	2.700,00	-	-
FUNDO DE SAUDE DE URUTAI - GO	1.750,00	-	-
FUNDO DE SAUDE DE PALMELO - GO	235,26	-	-
FUNDO DE SAUDE DE CAMAPUA - MS	7.350,00	-	-
FUNDACAO DE SAUDE DO ESTADO DO RIO DE JA	140.049,00	-	-
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL	3.500,00	-	-
MUNICIPIO DE PALMITAL	6.750,00	-	-
MUNICIPIO DE FRANCA	27.330,00	-	-
MUNICIPIO DE VARGEM GRANDE DO SUL	11.250,00	-	-
MUNICIPAL DE RIBEIRAO GRANDE	5.700,00	-	-
MUNICIPIO DE SAO VICENTE	170.100,00	-	-
FUNDO MUNICIPAL DE BILAC	1.099,00	-	-
EMPRESA BRASILEIRA DE SER. HOSP. EBSERH	761,10	-	-
(-) PROVISÃO PARA CREDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	(347.364,03)	(362.277,03)	(362.277,03)
TOTAL	378.574,36	39.286,40	39.286,40

06 – IMPOSTOS A COMPENSAR

Foi constatada uma significativa redução nos saldos devido à revogação dos créditos previamente registrados no exercício anterior. Após análise conduzida pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE), concluiu-se que não havia direito aos créditos a recuperar. Em função dessa determinação, realizou-se um novo levantamento que abrangeu os últimos cinco anos, incluindo todas as notas fiscais de entrada e saída. Os valores foram devidamente corrigidos e ajustados, refletindo uma visão contábil mais fiel.

No caso específico de compras de mercadorias relacionadas a operações de importação com desembaraço aduaneiro, os créditos a recuperar referem-se, normalmente, aos tributos PIS e COFINS incidentes sobre as operações de entrada de mercadorias. Esses créditos representam valores que a instituição tem o direito de compensar contra tributos devidos, conforme a legislação vigente e as regras específicas aplicáveis. A apuração desses créditos exige rigor documental e aderência às normas fiscais, garantindo a correta compensação e conformidade com a legislação.

	2024	2023 reapresentado	2023
CSLL	1.982,25	1.982,25	1.982,25
IRRF	17.277,10	93,65	93,65
COFINS (*)	818.470,87	206.153,06	7.687.580,80
PIS/PASEP (*)	216.288,87	87.180,64	1.661.949,23
CSRF 5952 pago a maior	65,10	65,10	65,10
Outros Créditos	71,96	71,96	71,96
TOTAL	1.054.156,15	295.546,66	9.351.742,99

(*) Pontos anteriormente considerados para o levantamento fiscal:

1. A IQUEGO é uma empresa estatal do Estado de Goiás, majoritariamente constituída por capital público.
2. Atualmente, a empresa recebe subvenção econômica do Estado de Goiás, conforme a Lei nº 21.067/2021.
3. A Lei nº 4.320/1964 exige que toda despesa pública tenha uma dotação orçamentária específica. Pagamentos sem dotação adequada não são permitidos.
4. A IQUEGO deve realizar todas as receitas por meio do Documento de Arrecadação Estadual (DARE), conforme a Lei Complementar nº 121/2015.

5. Quanto às vendas, a IQUEGO, anteriormente havia o entendimento de não está sujeita à Contribuição para o PIS/Pasep – COFINS, de acordo com a Lei 13.303/2016, que trata do estatuto jurídico de empresas públicas e sociedades de economia mista.

Contudo, após o PARECER JURÍDICO PGE/GECT-05495 N° 11/2024, conforme processo SEI n° 202400055000226, que manifesta na impossibilidade de enquadramento da IQUEGO no art. 8º da IN RFB n° 2.121/202, foi realizado novo levantamento de possíveis créditos tributários sobre notas fiscais de entradas de importação, que compõem créditos a compensar. Neste sentido, foram realizados ajustes contábeis, resultando em uma redução de R\$ 9.056.196,33, em contas de COFINS e PIS/PASEP, com o objetivo de corrigir e trazer informações fidedignas à contabilidade.

07 – ADIANTAMENTOS

	2024	2023 reapresentado	2023
Adiantamento de Férias / Antecipações (i)	-	285.609,68	285.609,68
Contas a Receber - FUNCIONARIOS (ii)	2.871,10	-	-
TOTAL	2.871,10	285.609,68	285.609,68

(i) Observa-se que, em 2024, não há saldo registrado na conta de antecipações, uma vez que todos os valores referentes a adiantamentos foram integralmente liquidados dentro do mesmo mês. Assim, não há saldo remanescente na conta de adiantamento, refletindo a regularidade e tempestividade dos pagamentos efetuados.

(ii) Trata-se de um desconto em folha de pagamento referente a valores recebidos a maior por um funcionário, decorrente de um acordo trabalhista. Após o encerramento do referido processo, ambas as partes identificaram o pagamento indevido e, em consenso, estabeleceram que a devolução dos valores seria realizada por meio de desconto em folha de pagamento, parcelado em 36 parcelas, em conformidade com o acordado entre as partes. Essa medida visa garantir a regularização de forma alinhada às condições pactuadas no acordo.

08 – ESTOQUES

Os estoques de mercadorias de revenda, matéria prima, de consumo e embalagens estão demonstrados pelo custo médio de aquisição. Os produtos industrializados (acabados) foram avaliados pelo arbitramento do custo em 70% (setenta por cento) do maior preço de venda no período de apuração conforme permitido pela legislação tributária vigente (art. 308 e parágrafos do Dec. 9.580/2018 – RIR). Quando aplicável é constituída provisão para estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

ESTOQUES	2024	2023 reapresentado	2023
Produtos Acabados	144.657,73	144.257,37	144.257,37
Matéria Prima	7.083,75	8.925,00	8.925,00
Embalagens	362.548,71	364.995,54	364.995,54
Mercadoria p/Revenda	8.777.136,34	6.114.010,76	6.114.010,76
Material de Consumo	129.047,23	158.508,94	106.115,11
(-) Provisão de Perdas	(2.332.907,06)	(1.892.646,82)	(1.897.931,39)
SUBTOTAL	7.087.566,70	4.898.050,79	4.840.372,39

	2024	2023 reapresentado	2023
Estoque de arrendamento mercantil HMD (i)	1.368.018,00	1.368.018,00	1.368.018,00
SUBTOTAL	1.368.018,00	1.368.018,00	1.368.018,00

TOTAL	8.455.584,70	6.266.068,79	6.208.390,39
--------------	---------------------	---------------------	---------------------

(i) No exercício atual, o Estoque de Arrendamento Mercantil - HMD continuará registrado como estoque, e não será transferido para o Ativo Imobilizado, uma vez que sua utilização nas atividades do laboratório ainda não ocorrerá. Essa decisão é fundamentada no fato de que, caso fosse incorporado ao imobilizado, seria necessário registrar a depreciação do bem mesmo sem sua efetiva utilização, o que não faz sentido dentro das práticas contábeis. Essa abordagem reflete o princípio de prudência contábil, garantindo que os ativos sejam adequadamente apresentados nas demonstrações financeiras conforme sua condição e uso.

09 – OUTROS CRÉDITOS

Este grupo está composto por valores antecipados em razão de bloqueios judiciais.

OUTROS CRÉDITOS	2024	2023 reapresentado	2023
Bloqueios Judiciais	193.751,43	244.035,20	244.035,20
TOTAL	193.751,43	244.035,20	244.035,20

IQUERO realizou processo de levantamento e atualização dos saldos de bloqueios judiciais. Essa ação se torna crucial para a correta gestão financeira da empresa, permitindo:

- **Identificação dos bloqueios judiciais e:** A IQUERO buscou identificar todos os bloqueios judiciais existentes, consultando diversos sistemas internos e buscando informações em fontes externas.
- **Coleta de dados:** Para cada bloqueio judicial, foram coletados dados relevantes, como: número do processo, data da decisão, valor do bloqueio, partes envolvidas etc.
- **Atualização dos saldos:** Os valores dos bloqueios judiciais foram atualizados com base em informações atualizadas, como pagamentos realizados, rendimentos auferidos etc.
- **Consolidação das informações:** As informações coletadas e atualizadas foram consolidadas em um banco de dados centralizado, permitindo a consulta e análise dos dados de forma integrada.

O levantamento e atualização dos saldos de bloqueios judiciais resultaram em diversos benefícios para a IQUERO, como:

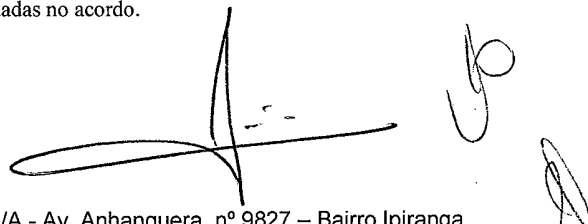
- Maior visibilidade e controle sobre os recursos financeiros da empresa.
- Identificação e regularização de pendências.
- Aprimoramento da gestão de riscos financeiros.
- Tomada de decisões estratégicas mais assertiva

10 – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

	2024	2023 reapresentado	2023
Valores Mobiliários	672.946,11	583.459,70	583.562,10
Depósitos Judiciais	-	-	-
Depósitos Recursais (i)	9.188.018,62	9.204.347,96	9.204.347,96
Outros Créditos LP (ii)	4.307,00	-	-
TOTAL	9.865.271,73	9.787.807,66	9.787.910,06

(i) Assim como relatado anteriormente na nota explicativa nº 09 – Outros Créditos, a IQUERO também realizou o mesmo procedimento para atualização dos saldos de depósitos recursais, garantindo que os saldos sejam mantidos e atualizados corretamente. Essa prática proporciona maior controle sobre os recursos financeiros da Companhia, assegurando transparência e precisão na gestão contábil.

(ii) Trata-se de um desconto em folha de pagamento referente a valores recebidos a maior por um funcionário, decorrente de um acordo trabalhista. Após o encerramento do referido processo, ambas as partes identificaram o pagamento indevido e, em consenso, estabeleceram que a devolução dos valores seria realizada por meio de desconto em folha de pagamento, parcelado em 36 parcelas, em conformidade com o acordado entre as partes. Essa medida visa garantir a regularização de forma alinhada às condições pactuadas no acordo.



11 - INVESTIMENTOS

	2024	2023 reapresentado	2023
TELEGOIAS	-	-	1.066,44
ELETROBRAS	-	-	-
SRI-COM. SERV. REC. INFORMAÇÃO S/A	-	-	2.725,64
PATROCINIO CULTURAL	-	-	34.997,63
ANGIE - ITAÚ	-	-	5.076,96
BANCOOB	-	-	2.72-
SUDAM	-	-	3.864,04
FISET	-	-	2.355,99
INCENTIVO A INFORMATICA	-	-	4.391,76
TOTAL	-	-	57.198,46

No exercício anterior, houve a busca e análise junto aos bancos escrituradores de ações de mercado e ficou concluído que não existem informações relativas às ações aqui relacionadas. Essas ações estão registradas nos livros contábeis desde 2010, sem movimentação ou registro. Com isso, em 2024, foi realizada a baixa dessas ações conforme autorizado pelo processo SEI: 202400055000289, com o objetivo de regularizar a situação contábil e eliminar saldos inativos que não refletem a realidade patrimonial da IQUEGO (apresentação fidedigna). Essa medida assegura maior precisão e transparência nas demonstrações contábeis, alinhando os registros ao estado patrimonial efetivo da Companhia.

12 - BENS DE COMODATO

	2024	2023 reapresentado	2023
BENS DESTINADOS A COMODATO (*)	799.927,74	259.070,18	259.070,18
SUBTOTAL	799.927,74	259.070,18	259.070,18

	2024	2023 reapresentado	2023
BENS AGUARDANDO INCINERAÇÃO	2.427,85	-	-
SUBTOTAL	2.427,85	-	-
TOTAL	802.355,59	259.070,18	259.070,18

(*) Refere-se a bens cedidos a terceiros, mesmo que temporariamente. O comodato é uma modalidade de empréstimo em que o proprietário transfere a posse de um bem para outra parte, mas mantém a propriedade. Essa prática é comum em situações como empréstimos de equipamentos para uso específico e/ou temporário.

13 – IMOBILIZADO

Nos termos da Resolução CFC n. 1.292/10, foi realizado o teste de impairment sobre os ativos da INDÚSTRIA QUÍMICA DO ESTADO DE GOIÁS S/A - IQUEGO, considerando as demonstrações contábeis do período de janeiro a dezembro de 2024 e o inventário patrimonial em 31/12/2024. O objetivo foi assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por valores superiores aos recuperáveis por uso ou venda.

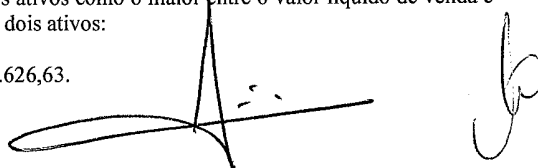
O teste foi conduzido pela empresa COMPLIANCE Auditores Independentes, utilizando os seguintes parâmetros:

Valor líquido de venda: Representa o valor potencial de venda do ativo, deduzido das despesas estimadas de transação.

Valor em uso: Corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso do ativo.

A partir desses parâmetros, foi definido o valor recuperável dos ativos como o maior entre o valor líquido de venda e o valor em uso. Foram identificadas perdas por impairment em dois ativos:

Conta Edificações em Andamento – Imóveis: Perda de R\$ 760.626,63.



Conta Oficina – Maq. Ferr. – (766): Perda de R\$ 1.679,40.

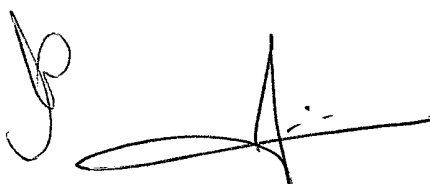
Essas perdas, caracterizadas como desvalorização, ocorreram em decorrência do valor contábil dos ativos excederem seu valor recuperável e estão sendo reconhecidas contabilmente conforme relatório de impairment. Destaca-se que a análise do valor em uso foi prejudicada devido aos prejuízos acumulados nos últimos cinco anos.

Apresentamos, a seguir, a composição dos investimentos e ativos imobilizados constante no Inventário em 31/12/2024 da INDÚSTRIA QUÍMICA DO ESTADO DE GOIÁS S/A – IQUIGO:

IQUIGO - Indústria Química do Estado de Goiás S/A
Demonstrativo dos ativos permanentes e ativos imobilizados, conforme inventário do tombamento patrimonial

Descrição	Valor Atual	Depreciação Atual	Valor Residual	Valor avaliado	Perda por impairment
Imobilizado					
Imóveis de uso	30.378.117,09	8.375.566,08	22.002.551,01	40.711.663,46	760.626,63
Terrenos - [753]	12.378.857,80	-	12.378.857,80	23.522.029,55	49.964,17
Prédio industrial - [754]	7.392.054,17	5.174.437,91	2.217.616,26	4.833.241,08	-
Sede administrativa i - [755]	928.657,50	650.060,27	278.597,23	566.962,23	-
Sede administrativa ii - [756]	265.176,57	185.623,60	79.552,97	380.911,10	-
Refeitório - [757]	275.206,83	192.644,78	82.562,05	422.920,56	-
Muros alamedados - [758]	320.071,48	224.050,03	96.021,45	321.677,20	-
Edificações em andamento - [759]	13.621.011,32	-	13.621.011,32	5.085.202,44	8.535.808,88
Outras construções - [760]	243.582,40	170.507,67	73.074,73	174.707,76	-
Almoxarifado - [761]	1.598.75-	1.119.125,02	479.624,98	4.749.326,65	-
Lab. Controle de qualidade - [762]	889.821,57	622.875,10	266.946,47	400.852,72	-
Edifício farmácia popular - [17579]	494.205,00	36.241,70	457.963,30	253.832,17	204.131,13
(-) Depreciação acumulada	-	-	-	-	-
(-) Perda por impairment - [17699]	8.029.277,55	-	8.029.277,55	-	8.029.277,55
Nota 1): o valor a ser contabilizado nessa conta é de 506.531,33 (8.535.808,88 - 8.029.277,55) em função de haver um saldo de perda contabilizado de ano anterior no valor de R\$ 8.029.277,55					
Máquinas e ferramentas - [763]	21.158.022,02	19.350.077,20	1.807.944,82	3.671.106,23	1.679,40
Indústria - maq. Ferr. - [764]	15.755.870,70	14.904.429,33	851.441,37	2.067.893,27	-
Lab. Controle de qualidade- maq. Ferr. - [765]	3.650.837,54	3.558.026,10	92.811,44	641.083,23	-
Almoxarifado - maq. Ferr. - [766]	590.968,13	568.587,86	22.380,27	39.032,57	-
Oficina- maq. Ferr. - [767]	12.386,26	6.894,20	5.492,06	3.812,66	1.679,40
Administração i - maq. Ferr. - [768]	240.032,07	229.878,51	10.153,56	25.062,26	-
Lavanderia- maq. Ferr. - [770]	2.282,49	1.985,41	297,08	409,47	-
Outros- maq. Ferr. - [771]	14.708,38	13.290,05	1.418,33	3.091,12	-
Fogão industrial. 30 - [17607]	2.15-	376,25	1.773,75	1.935,00	-
Subestação de energia - [17663]	886.806,45	66.510,49	820.295,96	886.806,65	-
Forno micro-ondas 36l - [17677]	1.98-	99,00	1.881,00	1.98-	-
(-) Depreciação acumulada	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios - [773]	634.112,43	535.132,91	98.979,52	133.459,37	-
Indústria - mov. e utens. - [774]	70.236,53	57.344,62	12.891,91	13.473,86	-
Lab. Controle de qualidade- mov. e utens. - [775]	25,27-	21.576,57	3.693,43	3.854,00	-
Almoxarifado - mov. e utens. - [776]	316.410,50	256.298,63	60.111,87	86.753,24	-
Administração i - mov. E utens. - [778]	213.960,40	197.938,41	16.021,99	22.684,07	-
Outros - mov. E utens. - [781]	7.438,00	1.177,68	6.260,32	6.694,20	-
Farmácia popular - mov. e utens. - [782]	797,00	797,00	-	-	-
Móveis utensílios -instalações - [783]	3.217.279,30	3.200.918,13	16.361,17	169.466,41	-
Indústria - instalação - [784]	1.537.069,64	1.537.069,64	-	23.603,61	-
Lab. Controle de qualidade - instal. - [785]	264.873,58	264.873,58	-	5.297,47	-
Almoxarifado- instalação - [786]	1.130.835,20	1.130.835,20	-	115.796,70	-
Oficina- instalação - [787]	90-	90-	-	-	-
Administração i- instalação - [788]	283.600,88	267.239,71	16.361,17	24.768,63	-
(-) Depreciação acumulada	-	-	-	-	-
Biblioteca - [793]	32.880,08	32.880,08	-	2.337,92	-
Indústria - bibliot. - [794]	8.945,50	8.945,50	-	284,44	-
Lab. Controle de qualidade - bibliot. - [795]	19.674,09	19.674,09	-	1.944,25	-
Administração i - bibliot. - [796]	4.260,49	4.260,49	-	109,23	-
(-) Depreciação acumulada	-	-	-	-	-

Veículos - [797]	530.286,11	530.286,11	-	444.118,50	-
Administração i- veículos - [799]	530.286,11	530.286,11	-	444.118,50	-
(-) Depreciação acumulada	-	-	-	-	-
Equipamentos p/ processamentos de dados - [801]	761.769,14	498.399,20	263.369,94	322.213,66	-
Industria - equip. Proc. Dados - [802]	170.071,01	170.071,01	-	2.345,24	-
Lab. Controle de qualidade- equip. Proc. Dados - [803]	67.624,74	67.624,74	-	1.781,00	-
Almoxarifado - equip. Proc. Dados - [804]	9.354,94	9.354,94	-	855,00	-
Administração- equip. Proc. Dados - [805]	159.325,51	159.325,51	-	8.282,14	-
Computadores DELL - [17628]	355.392,94	92.023,00	263.369,94	308.950,28	-
Sistemas p/ processamentos de dados - [808]	337.165,95	337.165,95	-	4.877,20	-
Industria - sist. Proc. Dados - [809]	5.210,63	5.210,63	-	-	-
Almoxarifado - sist. Proc. Dados - [811]	49-	49-	-	-	-
Administração i - sist. Proc. Dados - [812]	331.465,32	331.465,32	-	4.877,20	-
Direito uso linha telefônica - [814]	4.569,91	-	4.569,91	4.569,91	-
Telegoiás S/A - [815]	4.569,91	-	4.569,91	4.569,91	-
Total do imobilizado	57.054.202,03	32.860.425,66	24.193.776,37	45.463.812,66	762.306,03





COMPOSIÇÃO DO IMOBILIZADO

Discriminação	Taxa deprec a.a%	2024			2023			2023		
		2024 Custos	2023 Reapresentado Custos	2023 Custos	Depreciação Acumulada	2023 Reapresentado Depreciação Acumulada	2023 Depreciação Acumulada	2024 Líquido	2023 Reapresentado Líquido	2023 Líquido
Terrenos Urbanos	-	12.378.857,80	12.378.857,80	12.378.857,80	-	-	-	12.378.857,80	12.378.857,80	12.378.857,80
Prédios e Edificações	4%	17.238.632,66	18.545.601,94	18.545.601,94	(8.375.566,08)	(7.879.355,98)	(7.187.703,39)	8.863.066,58	10.666.245,96	11.357.898,55
Máquinas e Equipamentos	10%	21.156.342,62	20.413.057,47	19.466.872,38	(19.350.077,21)	(16.661.120,00)	(17.139.198,36)	1.806.265,41	3.751.937,47	2.327.674,02
Móveis e Utensílios	10%	634.112,43	664.537,11	231.991,27	(535.132,91)	(27.804,49)	(119.177,64)	98.979,52	636.732,62	112.813,63
Instalações	10%	3.217.279,30	3.205.589,30	3.202.809,30	(3.200.918,13)	(3.202.258,13)	(3.202.809,30)	16.361,17	3.331,17	-
Biblioteca	-	32.880,08	32.880,08	27.900,20	(32.880,08)	(32.880,08)	(27.900,20)	-	-	-
Veículos	20%	530.286,11	778.986,11	624.152,39	(530.286,11)	(653.046,11)	(577.992,99)	-	125.940,00	46.159,40
Computador / Periféricos	20%	761.769,14	582.857,32	490.124,04	(498.399,20)	(361.623,18)	(353.491,51)	263.369,94	221.234,14	136.632,53
Sistemas Processos de Dados	-	337.165,95	337.165,95	337.165,95	(337.165,95)	(337.165,95)	(337.165,95)	-	-	-
Direito Uso Linha Telefônica	-	4.569,91	4.569,91	4.569,91	-	-	-	4.569,91	4.569,91	4.569,91
TOTAIS		56.291.896,00	56.944.102,99	55.310.045,18	(32.860.425,67)	(29.155.253,92)	(28.945.439,34)	23.431.470,33	27.788.849,07	26.364.605,84

MOVIMENTAÇÃO DO CUSTO - CONSOLIDADO

Discriminação	2024 Custo	2023 Reapresentado Custo	2023 Custo	2024 Adições	2023 - Reapresentado Adições	2023 Adições	Movimentação Baixas - 2024	Movimentação Baixas - 2023 reapresentado	Movimentação Baixas - 2023
Terrenos Urbanos	12.378.857,80	12.378.857,80	12.378.857,80	-	-	-	-	-	-
Prédios e Edificações	17.238.632,66	18.545.601,94	18.545.601,94	340.463,80	1.616.777,63	1.616.777,63	1.647.433,08	2.013.077,37	2.013.077,37
Máquinas e Equipamentos	21.156.342,62	20.413.057,47	19.466.872,38	1.710.946,48	1.439.159,09	359.866,92	21.476,24	1.927.833,09	1.794.726,01
Móveis e Utensílios	634.112,43	664.537,11	231.991,27	432.545,84	468.846,08	36.300,24	30.424,68	491.500,32	491.500,32
Instalações	3.217.279,30	3.205.589,30	3.202.809,30	15.810,00	2.780,00	-	1.340,00	-	-
Biblioteca	32.880,08	32.880,08	27.900,20	4.979,88	4.979,88	-	-	4.979,88	4.979,88
Veículos	530.286,11	778.986,11	624.152,39	154.833,72	222.633,72	67.800,00	248.700,00	290.433,72	290.433,72
Computador / Periféricos	761.769,14	582.857,32	490.124,04	286.214,08	307.704,66	209.092,45	14.568,98	173.916,04	168.037,11
Sistemas Processos de Dados	337.165,95	337.165,95	337.165,95	8.860,00	-	-	8.860,00	-	-
Direito Uso Linha Telefônica	4.569,91	4.569,91	4.569,91	-	-	-	-	-	-
TOTAIS	56.291.896,00	56.944.102,99	55.310.045,18	2.954.653,80	4.062.881,06	2.289.837,24	1.972.802,98	4.901.740,42	4.762.754,41

Após a avaliação de impairment, foram realizados ajustes no contábil com base no laudo de impairment. O lançamento contábil realizado após a avaliação de impairment visa garantir que os ativos estejam adequadamente refletidos nas demonstrações contábeis, evitando valores inflados e informações equivocadas.

IQUEGO – Indústria Química do Estado de Goiás S/A - Av. Anhanguera, nº 9827 – Bairro Ipiranga.
CEP 74.450-010 – Goiânia-GO -- Fone: (62) 3235-2900
www.iquego.com.br

14 – FORNECEDORES

Este grupo está segregado por fornecedores de: Matéria-Prima, Embalagens, Mercadorias, Material de Consumo, Serviços, Reagentes, Ativos Permanentes assim representados como segue:

FORNECEDORES	2024	2023 reapresentado	2023
Matéria - Prima	807.707,89	789.303,80	789.303,80
Embalagens	29.498,10	29.498,10	29.498,10
Mercadorias	7.481.486,71	64.248,12	2.166.969,86
Material de Consumo	299.291,78	271.937,63	271.937,63
Serviços	839.747,31	973.947,26	796.750,34
Ativo Permanente	22.971,95	22.971,95	22.971,95
TOTAL	9.480.703,74	2.151.906,86	4.077.431,68

15 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	2024	2023 reapresentado	2023
Salários e Encargos Sociais	3.512,44	38.065,73	38.065,73
Parcelamento de Obrigações Sociais Trabalhistas	56.779,87	57.665,22	57.665,22
Provisão de Férias a Pagar (i)	3.399.305,39	2.201.922,85	2.201.922,85
Provisão de Encargos s/ Férias (i)	1.169.124,61	770.514,06	770.514,06
Acordos trabalhistas (ii)	4.350.506,74	3.923.756,07	3.923.756,07
TOTAL	8.979.229,05	6.991.923,93	6.991.923,93

(i) Provisão de Férias e Encargos sobre Férias referem-se a valores devidos e calculados até a data de apresentação das demonstrações contábeis (31/12/2024), conforme relatório emitido pela Gerência de Recursos Humanos, cujos valores são líquidos e certos, e que se espera que sejam pagos nos próximos 12 (doze) meses. Estes valores levam em consideração não apenas as férias vencidas, mas também as férias proporcionais devidas de todos os colaboradores, independentemente se eles já cumpriram com o período aquisitivo ou não, período este (de um ano) que deve ser cumprido para que o colaborador passe a ter direito a gozar férias.

(ii) Durante o exercício, foram realizados e registrados mais 4 acordos judiciais trabalhistas, abrangendo tanto o curto quanto o longo prazo, com o objetivo de reduzir contingências e aumentar a transparência da realidade contábil. Esses acordos judiciais trabalhistas representam negociações legais entre empregadores e empregados, geralmente conduzidas no âmbito judicial. Eles visam resolver disputas e litígios relacionados a questões trabalhistas, como rescisões, horas extras, salários atrasados e outros direitos dos trabalhadores. A realização desses acordos contribui para a gestão eficiente da empresa e para a conformidade com as leis trabalhistas.

16 – OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS

Todos os parcelamentos tributários que constam junto à Receita Federal e à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional estão devidamente registrados na contabilidade.

OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS	2024	2023 reapresentado	2023
Impostos Retidos a Recolher	37.743,06	30.063,16	34.357,45
Parcelamentos Ordinários (i)	846.857,48	985.916,27	985.916,27
TOTAL	884.600,54	1.015.979,43	1.020.273,72

(i) Parcelamentos ordinários Curto Prazo - CP:

Descrição	Qtde. Parcela	CP/LP	2024
Multa CLT-PGFN - [16052]	12	CP	39.058,44
Previd. RFB Nº 10120728259/2021 - [16402]	12	CP	431.646,84
INSS-Just.Trabalho-RT001193/2015 - [16570]	12	CP	32.443,44
Multa de Ofício RFB 10120723762/2012-17 - [17235]	12	CP	343.708,76
TOTAL			846.857,48

17 – ADIANTAMENTOS DE CLIENTES E CONVÊNIOS

A IQUIGO (Indústria Química do Estado de Goiás) firmou diferentes convênios com o objetivo de investir em melhorias. Atualmente, destacam-se dois convênios específicos:

Convênio 787297/2013-25.000.158648/2013-28: Este convênio está relacionado à construção de uma subestação de energia elétrica abrigada para a área produtiva da IQUIGO. Essa subestação é fundamental para garantir o fornecimento de energia necessário às operações da empresa. O convênio 61/2006-25.000.100568/2006-54 visa à aquisição de equipamentos e material permanente, bem como à reforma de uma unidade de saúde.

Esses convênios representam parcerias importantes para o desenvolvimento da IQUIGO e para o cumprimento de suas responsabilidades.

	2024	2023 reapresentado	2023
Ministério da Saúde - Convênio 061/06 e 787297/13 (*)	783.112,00	3.132.447,70	3.132.447,70
Ministério da Saúde - Convênio 787297/13	2.808.928,22	2.808.928,22	2.808.928,22
IRRF S/ Convênio 787297/13	100.583,13	100.583,13	100.583,13
TOTAL	3.692.623,35	6.041.959,05	6.041.959,05

(*) Conforme o parecer do Tribunal de Contas da União (TCU), foi efetuado ajuste contábil na conta do convênio. O saldo remanescente já foi parcelado e está sendo devidamente pago, garantindo a adequada prestação de contas e transparência na gestão dos recursos públicos. Essa medida reafirma o compromisso da Companhia com a responsabilidade fiscal e a conformidade contábil.

18 – OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2024	2023 reapresentado	2023
Depósitos não identificados	538,12	13.427,19	13.427,19
SESI - Parcelamento	120.763,68	200.943,60	200.943,60
Acordos Cíveis (i)	41.483.720,79	12.075.522,06	12.075.522,06
Outras Exigibilidades	6.580.127,69	124.737,01	124.737,01
Ressarcimento Funcionário -CELG (ii)	-	-	492.177,55
TOTAL	48.185.150,28	12.414.629,86	12.906.807,41

(i) Em comparação a 2023, houve significativo reconhecimento de acordos judiciais. Esse aumento está relacionado aos acordos firmados em processos cíveis de curto prazo. Os acordos foram celebrados para resolver disputas legais, indenizações ou outras obrigações judiciais.

(ii) No exercício anterior, foi realizada análise e identificou-se que o saldo de reembolso referente ao servidor cedido à IQUIGO havia excedido o prazo de cinco anos para sua efetivação. Diante disso, e em conformidade com as normas contábeis aplicáveis, a baixa do referido saldo foi efetivada no exercício atual, com os devidos registros contábeis realizados com base no Processo SEI nº 202400055000087. Tal procedimento visa assegurar a fidedignidade e a clareza das informações contábeis apresentadas.

19 – CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO

Os saldos abaixo representam contas que foram parceladas junto aos fornecedores e justiça trabalhista, além do valor de créditos de terceiros.

	2024	2023 reapresentado	2023
Créditos de Terceiros (i)	1.368.040,47	1.368.040,47	1.368.040,47
SESI Parcelamento	120.763,68	275.694,75	275.694,75
Acordos Trabalhista Longo Prazo (ii)	3.506.254,83	802.272,61	802.272,61
Acordos Cíveis Longo Prazo (ii)	21.726.056,95	32.515.268,66	32.515.268,66
TOTAL	26.721.115,93	34.961.276,49	34.961.276,49

(i) Conforme mencionado na nota explicativa nº 08, no exercício atual, o Estoque de Arrendamento Mercantil - HMD permanecerá registrado como estoque, já que sua utilização no laboratório ainda não ocorrerá. A transferência para o Ativo Imobilizado exigiria o registro de depreciação antes do uso efetivo, o que não é adequado. Essa decisão segue o princípio de prudência contábil, garantindo a correta apresentação nas demonstrações financeiras.

(ii) Os acordos realizados pela IQUERO permitiram a diminuição das provisões para contingências, impactando positivamente o resultado líquido da empresa e consequentemente a resolução amigável de conflitos, contribuindo para a construção de uma imagem mais positiva da Companhia perante seus stakeholders, incluindo fornecedores, clientes e parceiros.

20 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS – LP

Todos os tributos registrados no passivo não circulante se encontram devidamente parcelados junto a Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

Parcelamentos de tributos LP	2023		
	2024	reapresentado	2023
FGTS PARC. 2011003531	38.965,66	89.741,07	89.741,07
PARCELAMENTO MULTA CLT - PGFN	-	44.131,36	44.131,36
PARCELAMENTO PREVID RFB Nº 10120728259/2021	143.882,28	424.957,00	424.957,00
PARCELAMENTO INSS-JUST.TRABALHO-RT0011993/2015	10.814,48	40.553,49	40.553,49
PARCELAMENTO MULTA DE OFÍCIO RFB-10120723762/12	458.278,35	686.800,72	686.800,72
TOTAL	651.940,77	1.286.183,64	1.286.183,64

21 – PROVISÕES DE RISCO

A IQUERO, como qualquer empresa, enfrenta ações judiciais decorrentes do seu dia a dia. Em 2024, a empresa identificou algumas ações com potencial de gerar perdas financeiras, as quais foram classificadas como "provável perda" pelo departamento jurídico.

Conformidade com a NBC TG 25 (R2):

Seguindo as normas contábeis brasileiras, especificamente a NBC TG 25 (R2), a IQUERO deve comunicar a existência de tais ações judiciais em suas demonstrações financeiras. Essa comunicação visa garantir a transparência e a clareza das informações financeiras da empresa para seus stakeholders.

Resumo das Ações Judiciais:

- **Ações classificadas como Provável Perda:** A IQUERO lista os processos que foram classificados pelo departamento jurídico como tendo "provável perda" em 2024. Essa classificação significa que a empresa estima que há uma alta probabilidade de que a decisão judicial seja desfavorável à IQUERO, resultando em um impacto financeiro significativo.
- **Ações classificadas como Possível Perda:** Também em atendimento a NBC TG 25 (R2), a Entidade deve divulgar em notas explicativas a existência de processos judiciais em trâmite, os quais são considerados, pelo departamento jurídico, como possíveis perdas.
- **Acordos Realizados:** A IQUERO destaca os acordos realizados tanto no âmbito civil quanto trabalhista em 2024. Esses acordos representam um esforço da empresa para reduzir o valor das provisões e melhorar sua imagem perante os fornecedores.
-

Quantidade de ações Possíveis

2024			2023 reapresentado			2023		
Tipo	Quant.	Valor Estimado	Tipo	Quant.	Valor Estimado	Tipo	Quant.	Valor Estimado
Trabalhistas	0	-	Trabalhistas	0	0	Trabalhistas	0	0
Cível	4	229.238,94	Cível	3	189.628,44	Cível	3	189.628,44
Tributária	-	-	Tributária	0	-	Tributária	0	-

Quantidade de ações Prováveis	2024			2023 reapresentado			2023		
	Tipo	Quant.	Valor Estimado	Tipo	Quant.	Valor Estimado	Tipo	Quant.	Valor Estimado
	Trabalhistas	18	1.653.241,57	Trabalhistas	19	1.540.826,93	Trabalhistas	19	1.540.826,93
	Cível	1	959.493,95	Cível	15	28.870.332,67	Cível	15	28.870.332,67
	Tributária	0	0	Tributária	0	-	Tributária	0	-

	2024	2023 reapresentado	2023
PROVISÕES DE RISCOS			
Provisão de Risco Trabalhista	1.653.241,57	1.540.826,93	1.540.826,93
Provisão de Risco Cíveis	959.493,95	28.870.332,67	28.870.332,67
TOTAL	2.612.735,52	30.411.159,60	30.411.159,60

Estas provisões são realizadas conforme parecer do departamento jurídico, tendo em vista os entendimentos e sentenças aplicadas, pela justiça.

Em relação a 2023, houve uma redução significativa na provisão de riscos cíveis, principalmente devido à realização de acordos, conforme notas explicativas 18 e 19, que ajudaram na liquidação de passivos e mitigação de riscos. Esse resultado reflete a gestão eficaz da entidade e está registrado em conformidade com as normas contábeis vigentes.

22 – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social integralizado da empresa é de R\$ 223.483.746,68 (duzentos e vinte e três milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, setecentos e quarenta e seis reais e sessenta e oito centavos). Esse valor permaneceu inalterado nos anos de 2020 a 2024. É interessante notar que o Estado de Goiás é o sócio majoritário, detendo 99,998% das ações ordinárias nominativas. Isso significa que a maior parte do controle acionário está nas mãos do governo estadual de Goiás

	2024	2023 reapresentado	2023
Capital Social	240.000.000,00	240.000.000,00	240.000.000,00
Capital Subscrito a Integralizar	(16.516.253,32)	(16.516.253,32)	(16.516.253,32)
TOTAL	223.483.746,68	223.483.746,68	223.483.746,68

23 – RECEITAS

23a - Receitas Operacionais	2024	2023 reapresentado	2023
Venda de Produtos	3.222.635,52	5.888.264,90	5.888.264,90
TOTAL	3.222.635,52	5.888.264,90	5.888.264,90

Uma das fontes de receita é proveniente das vendas, que em 2024, alcançou o montante de R\$ 3.222.635,52 (Três milhões, duzentos e vinte e dois mil, seiscentos e trinta e cinco reais e cinquenta e dois centavos.).

23b - Outras receitas	2024	2023 reapresentado	2023
Subvenções Governamentais (i)	74.837.382,73	29.208.953,13	29.208.953,13
Outras receitas (ii)	455.988,75	359.513,16	359.513,16
(-) Repasse de Receita (Estado- 30%) (iii)	(749.874,11)	-	-
TOTAL	74.543.497,37	29.568.466,29	29.568.466,29

(i) A subvenção governamental se refere a benefícios econômicos oferecidos pelo governo para subsidiar diversas despesas de uma empresa. Esses benefícios podem abranger áreas como manutenção, folha de pagamento, acordos judiciais e investimentos. Em essência, a subvenção visa estimular o desenvolvimento econômico e promover o crescimento das organizações.

(ii) Outras receitas compreendem a juros incidentes sobre recebimentos, recuperação de despesas decorrentes de um novo acordo de parcelamento com redução de juros e multas, bem como ressarcimentos de despesas

(iii) No exercício de 2024, realizamos o repasse de 30% para a Secretaria da Economia do Estado de Goiás, correspondente à devolução baseada em nossas receitas próprias. Esse valor é deduzido diretamente da receita de vendas, refletindo o compromisso da instituição com a gestão responsável e transparente dos recursos financeiros.

	2024	2023 reapresentado	2023
23.c - Dedução de Receita (-)			
Tributos Federais (i)	(217.647,17)	-	-
Outras Deduções (ii)	(36.961,47)	-	-
TOTAL	(254.608,64)	-	-

(i) Deduções das receitas referem-se aos impostos federais, PIS e COFINS, incidentes sobre as vendas realizadas. Esses valores são abatidos diretamente da receita bruta, refletindo a conformidade da entidade com as obrigações fiscais previstas na legislação vigente, garantindo a transparência nas demonstrações financeiras.

(ii) Outras deduções correspondem às devoluções de vendas registradas no decorrer do exercício corrente.

24 – CUSTO DOS PRODUTOS

A Companhia tem comercializado, principalmente, produtos provenientes do objeto acessório da parceria (importação de tira e medidor glicosímetro). Os custos dos produtos vendidos são compostos, em sua maior parte, pelos custos dos produtos importados, que na sua mensuração são levados em consideração todos os gastos ocorridos no processo de importação até a liberação do produto para transporte e acomodação no estoque da Companhia.

	2024	2023 reapresentado	2023
Salários e Encargos	-	(357.346,95)	(357.346,95)
Gastos Gerais de Fabricação e Estoques	(8.522.376,51)	(6.452.054,42)	(6.457.338,99)
Despesas com Importação (i)	(761.513,16)	(9.056.196,33)	-
Outros (ii)	(1.123.405,43)	(118.352,96)	(118.352,96)
TOTAL	(10.407.295,10)	(15.983.950,66)	(6.933.038,90)

(i) Após o PARECER JURÍDICO PGE/GECT-05495 Nº 11/2024, conforme processo SEI nº 202400055000226, que manifesta na impossibilidade de enquadramento da IQUIGO no art. 8º da IN RFB nº 2.121/202, foi realizado novo levantamento de possíveis créditos tributários sobre notas fiscais de entradas de importação. Neste sentido, com o objetivo de corrigir e trazer informações fidedignas à contabilidade, foram realizados ajustes contábeis, resultando em um aumento de R\$ 9.056.196,33, que são referente ao COFINS e PIS/PASEP sobre as importações.

(ii) Referem-se substancialmente ao registro das despesas com frete da empresa responsável pela entregar dos produtos aos clientes.

25 – DESPESAS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS

	2024	2023 reapresentado	2023
Com pessoal e encargos (i)	(57.699.347,03)	(29.735.803,01)	(31.659.523,66)
Água, Energia e Telefone	(367.940,12)	105.427,10	(386.750,45)
Serviço de Limpeza e Manutenção	(1.062.467,85)	(847.918,87)	(852.213,16)
Frete	-	(162,48)	(162.422,68)
Serviços de Terceiros	(3.550.460,62)	(1.662.896,08)	(1.662.896,08)
Material em Geral	(204.077,20)	6.252,53	(46.141,30)

Registros, Licenças, Assinatura e Publicações.	(8.395,17)	(9.045,00)	(9.045,00)
Despesas com viagens e veículos	(167.154,87)	(110.355,09)	(110.355,09)
Refeições e Lanches	(56.723,33)	(13.369,93)	(13.369,93)
Outras (ii)	(2.388.505,64)	567.512,79	622.952,16
Impairment	(762.306,03)	(2.361.532,64)	(3.785.775,87)
Depreciação	(281.550,73)	(336.159,21)	(336.159,21)
TOTAL	(66.548.928,59)	(34.560.367,41)	(38.401.700,27)

(i) O aumento da folha de pagamento está relacionado ao acordo firmado entre o sindicato dos servidores públicos e a Secretaria de Estado de Administração (Sead), que prevê a manutenção dos servidores da IQUEGO na folha de pagamento, mesmo aqueles cedidos a outros órgãos. Além disso, houve o retorno de servidores para a folha do órgão de origem, com o objetivo de viabilizar o aumento salarial. As alterações nos saldos das contas refletem a incorporação desses servidores e os reajustes salariais, demonstrando o compromisso com a transparência e a conformidade com as normas contábeis.

(ii) Refere-se as despesas com honorários advocatícios, cópias e plotagens, correios e malotes, manutenção de software, despesas cartoriais e legais, locação de equipamentos, licença de software, assinatura de periódicos, combustíveis e lubrificantes, locação de veículos, custas judiciais, despesas com importação, outras despesas, uniformes e investimento c/ recursos próprios.

26 – DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2024	2023 reapresentado	2023
Taxas e Tributos Federais	(78.436,26)	(18.591,38)	(18.591,38)
Impostos e Taxas Estaduais	(69.325,11)	(33.184,60)	(33.184,60)
Outras Despesas Tributárias (i)	(513.862,00)	(347.420,57)	(347.420,57)
TOTAL	(661.623,37)	(399.196,55)	(399.196,55)

(i) Refere-se substancialmente a IPTU e ITU, no montante de R\$ 383.530,96, multas no montante de R\$ 85.504,33, taxa de renovação de alvarás e certidões no montante de 12.436,46 e R\$ 32.390,25 de demais gastos.

27 – RESULTADO FINANCEIRO

	2024	2023 reapresentado	2023
Receita Financeira	149.261,17	729.017,29	729.017,29
(-) Despesa Financeira	(228.169,68)	(343.258,95)	(343.258,95)
TOTAL	(78.908,51)	385.758,34	385.758,34

28 – AJUSTE

Após a realização de conciliações contábeis no período, foram identificados ajustes relacionados a exercícios anteriores. Esses ajustes têm como objetivo corrigir inconsistências e assegurar maior transparência nas demonstrações contábeis, refletindo fielmente a posição patrimonial e financeira da entidade (apresentação fidedigna).

Os ajustes mais substanciais realizados, decorrem de diversos fatores, incluindo alterações em critérios contábeis e correções de erros provenientes de exercícios anteriores, conforme segue:

- Reduções de saldos em decorrência da revogação de créditos previamente registrados no exercício anterior, conforme nota explicativa nº 06 – Impostos a Compensar;
- Baixas de saldos relativos a ações para as quais não há informações suficientes ou detalhadas disponíveis, conforme nota explicativa nº 11 - Investimentos;
- Em 31 de dezembro de 2024, os investimentos e imobilizados totalizaram R\$ 24.193.776,36, abaixo do valor justo global de R\$ 45.463.812,66. Foram reconhecidas perdas por impairment de R\$ 760.626,63 (Edificações em Andamento) e R\$ 1.679,40 (Oficina – Maq. Ferr.). A análise pelo valor em uso foi prejudicada pelos

prejuízos acumulados nos últimos cinco anos, sendo adotado o valor líquido de venda como base para o teste de recuperabilidade, conforme nota explicativa nº 13 – Imobilizado;

- A baixa das notas da HMD, que resultou na redução do valor em “2023 reapresentado”, decorreu de ajustes de notas fiscais anteriormente registradas na conta de fornecedores a pagar. Contudo, verificou-se que tais notas fiscais estavam vinculadas a acordos judiciais entre a IQUERO e a HMD. Assim, o ajuste tornou-se necessário, uma vez que o saldo de fornecedores estava superestimado. O saldo correto dessas notas deveria ter sido inicialmente contabilizado na conta de provisões e, posteriormente, transferido para a conta de acordos a pagar, conforme nota explicativa nº 14 – Fornecedores;
- Baixas de valores identificados como ressarcimentos, conforme nota explicativa nº 18 - Outras Contas a Pagar;
- Após o PARECER JURÍDICO PGE/GECT-05495 Nº 11/2024, conforme processo SEI nº 202400055000226, que manifesta na impossibilidade de enquadramento da IQUERO no art. 8º da IN RFB nº 2.121/202, foi realizado ajustes contábeis, resultando em um aumento de R\$ 9.056.196,33, que são referentes ao COFINS e PIS/PASEP sobre as importações, conforme nota explicativa nº 24 – Custo dos Produtos, coluna reapresentado;
- A redução de valores entre 2023 e 2023 reapresentado está relacionada às reclassificações de perdas originalmente registradas naquele exercício, ajustadas conforme apontado no relatório de impairment, de forma a refletir o valor de mercado adequado. Além disso, as perdas por impairment reconhecidas em 2024 nas contas Edificações em Andamento e Oficina – Maq. Ferr. contribuíram para ajustes adicionais, considerando o valor líquido de venda praticado no mercado ativo. Também se constatou a necessidade de ajustes devido ao registro em duplicidade da despesa relacionada ao programa de alimentação no exercício de 2023, o que impactou indevidamente o resultado daquele período. Além disso, identificou-se que a provisão cível havia sido registrada a maior, ocasionando a superestimação das despesas no referido exercício, conforme nota explicativa nº 25 – Despesas Operacionais e Administrativas.

Os ajustes foram realizados em conformidade com as normas contábeis aplicáveis e os princípios estabelecidos, evidenciando o compromisso da entidade com a fidedignidade e clareza das informações contábeis, conforme previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção dos lançamentos errôneos.

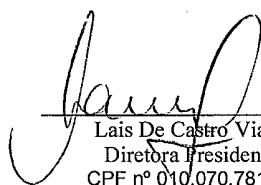
Após as devidas reclassificações e ajustes contábeis, o saldo desta conta contábil apresentou posição devedora no montante de R\$ 5.209.578,90 (cinco milhões, duzentos e nove mil, quinhentos e setenta e oito reais e noventa centavos). Em função disso, tornou-se necessária a reapresentação das demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2023, em conformidade com as práticas contábeis vigentes.

29 – EVENTOS SUBSEQUENTES


Até a presente data, não houve fatos relevantes que pudessem ser objeto de destaque nesta nota.

Era o que tínhamos a relatar e esclarecer, em adendo às Demonstrações Financeiras ora encerradas e apresentadas.


Goiânia, 10 de abril de 2025.



Lais De Castro Viana
Diretora Presidente
CPF nº 010.070.781-54



Hallan De Souza Rocha
Diretor Adm./Financeiro
CPF nº 863.115.571-34



Vera Lucia Nunes dos Santos
Contadora CRC-Go 026008/0
CPF: 556.009.211-87